



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2021 (Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer o agendamento de reunião deste Colegiado com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, com vistas a tratar das irregularidades verificadas no processo de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos o agendamento de reunião deste Colegiado com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Luiz Fux, com vistas a tratar das irregularidades verificadas no processo de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

JUSTIFICAÇÃO

Considerada a maior empresa pública do Rio de Janeiro, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) foi entregue à iniciativa privada por meio de concessão. A empresa foi leiloada em 30 de abril de 2021 na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) em meio a diversas denúncias de irregularidades que levantaram questionamentos técnicos e jurídicos. O leilão ocorreu em meio a uma disputa de liminares que desautorizaram o poder legislativo do Rio de Janeiro, que, por meio do Decreto Legislativo nº 16 de 29 de abril de 2021, havia suspenso a venda da estatal. Apesar da decisão da ALERJ, o processo foi levado adiante.

Três dias antes do leilão, o ministro Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal, suspendeu preventivamente qualquer decisão judicial que viesse a impedir o referido leilão.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

As questões judiciais relativas à concessão da Cedae também foram reforçadas pelo Tribunal de Contas da União¹. Após exame técnico, a Corte indicou impedimento da participação da Iguá Saneamento na licitação – ganhadora do Bloco 2 da CEDAE – por infringir o item 13.5 do edital, que veta explicitamente a participação de companhias que tenham alguma ligação com os realizadores da privatização. A Iguá tem entre seus controladores o BNDESPar, subsidiária integral do BNDES, que foi o responsável pelos estudos técnicos que subsidiaram a licitação. Além do TCU, uma ação popular foi ajuizada e o juiz federal Sérgio Bocayuva Tavares de Oliveira Dias da 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro reconheceu a robustez da argumentação jurídica e determinou a oitiva do BNDES e do Estado do Rio de Janeiro.

Segundo o governo estadual, a CEDAE, na nova modelagem do BNDES, necessitará de aproximadamente 1.500 funcionários(as)². Trabalhadores(as) que dedicaram sua trajetória profissional ao desenvolvimento do Estado e que se encontram angustiados e ansiosos em decorrência da incerteza sobre o seu futuro na CEDAE, e consequentemente o impacto financeiro e social causado em suas famílias.

Conforme estimativa do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Saneamento e Meio Ambiente do Rio de Janeiro e Região (Sintsama), a concessão da empresa pode significar a demissão imediata de milhares de trabalhadores. Segundo os representantes dos trabalhadores, o que existe de concreto são estudos que apontam para a dispensa de até 80% dos atuais 5 mil funcionários da Cedae. A privatização da Cedae, responsabilidade do governo do estado, pode representar a demissão de 4 mil funcionários, segundo o planejamento apresentado pela companhia. Destes trabalhadores, 78% da força de trabalho está acima dos 45 anos de idade³, sendo 75% destes trabalhadores aproximadamente da área operacional. Em uma conjuntura de pandemia causada pelo coronavírus, de crise econômica no Rio de Janeiro, que atingiu o nível de 1,6 milhões de habitantes desempregados⁴, o cenário para estes(as) trabalhadores(as) é de grande incerteza.

1 <https://diplomatie.org.br/o-laboratorio-privatizacao/>

2 Disponível em: <https://www.agenciainfra.com/blog/cedae-tera-que-ter-15-mil-empregados-nao-tem-outra-opcao-diz-casa-civil-do-governo-do-rj/>

3 Disponível em: https://cedae.com.br/ri_informacoes (Demonstrações Financeiras 2020 - página 157)

4 Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/27/desemprego-no-rj-bate-recorde-historico-e-atinge-16-milhao-no-1o-trimestre-do-ano-aponta-ibge.ghtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

Não fosse suficiente, mesmo após o fim da operação assistida os funcionários estão sendo coagidos pela administração da empresa a cooperar com a Aegea. São funcionários públicos sendo desviados de suas funções para atender à iniciativa privada de graça.

Considerando que a decisão do presidente do STF inviabiliza a adoção de medidas judiciais relativas às irregularidades verificadas **no bojo do processo de concessão da CEDAE**, apresentamos o presente Requerimento para que este Colegiado requeira audiência com o presidente da Suprema Corte destinada a tratar do tema em epígrafe.

Sala da Comissão, em 04 de novembro de 2021.

Deputada **ERIKA KOKAY - PT/DF**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218848228500>

